



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO

**CADERNO DE QUESTÕES**

**Concurso de Seleção para Ingresso no CHQAOPM/08**  
**2ª Fase - Conhecimentos Profissionais**

<b>OPM</b>	<b>Graduação</b>	<b>Nome Completo</b>	<b>RE-D</b>				

**I N S T R U Ç Õ E S**

- 01- Verifique se este caderno de questões contém um total de 50 questões; caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 02- Escreva sua OPM, Graduação, Nome Completo e RE/D nos locais respectivos.
- 03- Não folheie o caderno de questões antes da autorização para o início da prova.
- 04- Ao iniciar a prova, você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa. Essa resposta deve ser transcrita, **sem rasuras**, na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS.
- 05- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo todo o espaço correspondente à letra que julgar correta (A, B, C, D ou E).
- 06- Marque somente as respostas de n.º 1 a 50 na respectiva folha, ignorando os n.º de 51 a 100, haja vista que a prova contém apenas 50 questões.
- 07- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada e/ou rasurada, implicará na anulação da questão. Não haverá substituição da FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS.
- 08- Responda todas as questões.
- 09- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou utilização de qualquer equipamento de comunicação. A infração a esta norma resultará no grau 0,0 (zero) e a conseqüente eliminação do Concurso, sem prejuízo das medidas disciplinares pertinentes.
- 10- É vedado pedir ou emprestar qualquer material durante a realização da prova.
- 11- Para rascunho, se necessário, utilize este caderno, que poderá ficar com você.
- 12- Você terá 03:00 (três) horas para responder às questões e preencher a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS.
- 13- Permanência mínima na sala: 01h 30min (candidato sairá **sem** o caderno); e  
02:00 horas (candidato sairá **com** o caderno).

1) No tocante ao controle interno da atividade policial e serviços de atendimento, investigação e registros de ocorrências (rotina de procedimento policial):

I – o policial militar, analisado sobre a conveniência, pode ser afastado das atividades de policiamento se não se ateve ao estrito cumprimento do dever legal ou à legítima defesa de terceiro ou própria, ou mesmo nestes casos, se presentes sinais de excesso doloso ou culposos no uso de força física, de arma de fogo ou tratando-se de delito grave.

II – fatos em que figurem como agentes componentes da Corregedoria PM, em efetivo serviço, a designação do encarregado do procedimento de polícia judiciária militar caberá ao Comandante do Policiamento de Área.

III – o Comandante de Companhia PM (BPM/M ou BPM/I) deverá comparecer imediatamente aos locais de ocorrências graves, de vulto, com possibilidade de repercussão negativa na imprensa local ou nacional, ou em que haja o evento morte, em decorrência do uso de força pelo policial, presidindo as medidas de polícia judiciária militar e, se necessário, utilizar o apoio técnico, material e de pessoal do Oficial em serviço e equipe.

IV – qualquer decisão de enaltecimento ou premiação formal ou não, a policiais militares envolvidos em ocorrências na qual ocorreu uso de força contra civil, somente poderá ser tomada por decisão do Subcomandante PM.

V - o policial militar envolvido, como participante efetivo, em cinco ou em mais ocorrências com resultado morte, lesão corporal, constrangimento ilegal, violação de domicílio e violência arbitrária, nos últimos quatro anos, será imediatamente afastado, até manifestação da Corregedoria PM.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a. ( ) as afirmações I, II e V são incorretas.
- b. ( ) todas as afirmações estão corretas.
- c. ( ) apenas as afirmações II, III e IV não são corretas.
- d. ( ) as afirmações I, III e V são corretas.
- e. ( ) as afirmações IV e V são corretas.

2) "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida" é um comportamento, se praticado por policial militar, que pode se caracterizar como:

- a. ( ) corrupção passiva.
- b. ( ) concussão.
- c. ( ) corrupção ativa.
- d. ( ) peculato.
- e. ( ) extorsão.

3) As prisões em flagrante delito de policial militar deverão ser imediatamente comunicadas ao Cartório do Juízo Distribuidor e à Corregedoria Permanente, no horário de expediente da Justiça Castrense. A comunicação deverá ser feita pela remessa da cópia do auto de prisão em flagrante delito à Justiça Militar Estadual, caso se façam necessárias diligências previstas no artigo 246 do Código de Processo Penal Militar, ou pela remessa dos autos originais, caso tais diligências sejam desnecessárias. A autoridade de polícia judiciária militar que lavrar o auto de prisão em flagrante delito deverá:

- a. ( ) dentro em 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão do policial militar autuado, encaminhar ao Ministério Público Estadual cópia do auto de prisão em flagrante delito acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, também encaminhar cópia integral para a Defensoria Pública Estadual.
- b. ( ) realizar essa remessa após homologação, visto ou ratificação por autoridade hierarquicamente superior.
- c. ( ) apresentar o policial militar preso ao Presídio Militar Romão Gomes somente após a distribuição da cópia e/ou original, para uma das Auditorias Militares, para o efetivo controle sobre a legalidade da prisão em flagrante por crime militar.
- d. ( ) encaminhar ao Comandante da Unidade do policial militar preso em flagrante delito cópia dos autos para instaurar processo regular, quando o indiciado for Praça; e, quando o indiciado for Oficial, remeter imediatamente a cópia do auto de prisão em flagrante delito, acompanhada de cópia do Assentamento Individual, bem como outros documentos pertinentes ao caso, ao Subcomandante PM, via Corregedoria PM, visando a elaboração de representação para a instauração de Conselho de Justificação.
- e. ( ) realizar essa remessa sem a necessidade de buscar qualquer homologação, visto ou ratificação por autoridade hierarquicamente superior.

4) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. ( ) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b. ( ) é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c. ( ) a prescrição antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 110 do Código Penal, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- d. ( ) extingue-se a punibilidade pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- e. ( ) o crime cometido à traição ou de emboscada qualifica o crime de homicídio.

5) As pessoas de Direito Público e as de Direito Privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que os seus agentes nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa:

- a. ☐ incorreta a assertiva, porque a responsabilidade aquiliana, em tais casos, depende sempre da prévia prova de ter havido dolo ou culpa, por parte do agente causador do dano.
- b. ☐ incorreta a assertiva, porque as pessoas jurídicas de Direito Público não respondem por danos causados pelos seus agentes a terceiros.
- c. ☐ incorreta a assertiva, porque a chamada responsabilidade objetiva prevista em norma constitucional (art. 37, § 6º), é restrita às pessoas jurídicas de Direito Público e não extensiva às de Direito Privado, mesmo que prestem serviços.
- d. ☐ correta a assertiva.
- e. ☐ incorreta a assertiva, porque em tais casos não cabe o direito de regresso, mesmo se houver dolo ou culpa do agente responsável.

6) Assinale a alternativa INCORRETA, relativa à segurança pública:

- a. ☐ à polícia federal incumbe prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- b. ☐ à polícia federal incumbe apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- c. ☐ à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- d. ☐ os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- e. ☐ às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, indistintamente.

7) Compete à Justiça Militar Estadual:

- a. ☐ processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- b. ☐ processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- c. ☐ processar e julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", da CF, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- d. ☐ rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- e. ☐ processar e julgar nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Secretário Estadual de Segurança Pública, o Comandante Geral da Polícia Militar e o Delegado Geral da Polícia Civil.

8) Julgue as afirmativas abaixo, relativas a ato administrativo, assinalando a alternativa CORRETA:

- a. ☐ a competência é irrenunciável, não obstante, o seu exercício pode ser parcial e temporariamente delegado, desde que atendidos os requisitos legais.
- b. ☐ a avocação é possível quando se tratar de competência exclusiva da autoridade administrativa.
- c. ☐ a finalidade do ato administrativo é requisito discricionário.
- d. ☐ o motivo ou causa é o revestimento exteriorizador do ato administrativo, constituindo requisito discricionário e imprescindível à validade do ato.
- e. ☐ motivação é a situação de direito e de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.

9) Julgue as afirmativas seguintes, acerca do poder administrativo, assinalando a alternativa INCORRETA:

- a. ☐ o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) delegou ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a competência para regulamentar seus dispositivos. Se ao editar a resolução regulatória o CONTRAN exorbitar dessa competência, o Congresso Nacional pode sustar os efeitos da resolução, por meio de Decreto Legislativo.
- b. ☐ o poder de polícia é o poder instrumental da Administração Pública que se utiliza da polícia administrativa, da polícia judiciária e da polícia da preservação da ordem pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais.
- c. ☐ o poder disciplinar caracteriza-se pela existência de graus de subordinação entre os diversos órgãos e agentes, bem como deste poder decorrem as prerrogativas, do superior para o subordinado, de dar ordens, fiscalizar, rever, delegar e avocar.
- d. ☐ os decretos de execução costumam ser definidos como regras jurídicas gerais, abstratas e impessoais, editadas em função de uma lei, concernentes à atuação da Administração Pública, possibilitando a fiel execução da lei a que se referem.
- e. ☐ o gênero abuso de poder divide-se nas seguintes espécies: omissão da Administração Pública, excesso de poder e desvio de finalidade.

10) Julgue as afirmativas abaixo, relativas aos princípios constitucionais e infraconstitucionais da Administração Pública:

I - a frase “não são os direitos fundamentais que giram em torno da lei, mas é a lei que gira em torno dos direitos fundamentais” significa, para o administrador público, que seus atos não podem desbordar dos direitos fundamentais, que têm efetiva força jurídica.

II - os princípios constitucionais que regem a atividade administrativa atingem os atos vinculados e discricionários praticados pela Administração Pública.

III - Na relação moderna entre a Administração Pública e o Administrado se admite a idéia da supremacia absoluta do interesse público sobre o interesse privado.

IV - A expressão “não se abatem pardais disparando canhões” pode ser aplicada para sustentar que a atuação do administrador público deve observância ao princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, ambos critérios de ponderação para permitir a competência discricionária ilimitada do Estado.

V - na relação de administração há uma "relação jurídica que se estrutura ao influxo de uma finalidade cogente". Isto significa que a Administração Pública deve sempre obediência aos princípios da legalidade e finalidade.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. ( ) as afirmações I, II, III e V são corretas.
- b. ( ) as afirmações I, II e V são corretas.
- c. ( ) as afirmações I, III, IV e V são corretas.
- d. ( ) as afirmações II e IV são corretas.
- e. ( ) todas as afirmações são corretas.

11) Julgue as afirmativas abaixo, relativas ao Código Penal Militar (Decreto-lei Nº 1.001, de 21OUT69):

I – se dois militares em serviço ativo juntamente com um militar inativo, ainda que não empregado regularmente na Administração Militar, ocuparem um quartel contrariamente à ordem superior, os três, em tese, estarão na prática de motim, porquanto uma vez cometido o delito pelos dois militares da ativa, pela comunicação de elementares do tipo penal, de que trata o artigo 53, § 1º, 2ª parte, do Código Penal Militar.

II – o tipo penal militar de deserção estabelece um período superior a oito dias de ausência ilegal (período ou prazo de graça) do militar do Estado para sua caracterização. Durante o período de oito dias o militar não estará em prática delitiva, mas apenas em conduta caracterizadora de transgressão militar.

III – o militar que encontra no prazo de até oito dias afastado do lugar em que devia estar por imposição de dever e do serviço militar é chamado de ausente ou de emansor.

IV – um militar está de serviço e seu turno se inicia às 19h do dia 11 de outubro de 2007. À 00h do dia seguinte àquele em que for verificada a falta injustificada, ou seja, do dia 12, se inicia a ausência, cujo registro formal só será lavrado vinte e quatro horas após seu início, quer dizer, à 00h do dia 12. Contam-se, então, oito dias de ausência, ou seja, a partir da 00h do dia 12 até às 24h do dia 19. Assim, a deserção passará a existir a partir da 00h do dia 20 de outubro de 2007.

V – o crime militar de abandono de posto se consuma quando o militar se afastar de seu posto, deixar o lugar em que devia, por imposição de sua função, permanecer, ou, ainda, no momento em que interrompe a atividade que desempenhava em serviço.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. ☐ as afirmações I, II e IV são incorretas.
- b. ☐ apenas a afirmação V é correta.
- c. ☐ as afirmações II e III são incorretas.
- d. ☐ apenas a afirmação IV é correta.
- e. ☐ todas as afirmações são corretas.

12) Julgue as afirmativas abaixo, relativas ao Decreto-lei N° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal):

I –exame de corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais deixados pela infração penal, a materialidade do crime, aquilo que se vê, apalpa, sente, em suma, pode ser examinado por meio dos sentidos.

II –vigindo em nosso país o princípio do livre convencimento, o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

III –na doutrina, apontam-se como características do depoimento prestado pela testemunha a judicialidade, a oralidade, a objetividade e a restrospectividade.

IV –a regra de que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, criando assim o dever de testemunhas, não estabelece exceções.

V – os militares e os funcionários públicos serão requisitados à autoridade superior para servirem de testemunha em processo criminal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. ☐ as afirmações I, II e IV são corretas.
- b. ☐ as afirmações I, II e III são incorretas.
- c. ☐ as afirmações II, III e V são corretas.
- d. ☐ as afirmações III e V são incorretas.
- e. ☐ todas as afirmações são corretas.

13) Medida prevista no Decreto-lei N° 1.002, de 21 OUT69 (Código de Processo Penal Militar), concedida pelo juiz de direito, nos crimes militares cujo máximo da pena restritiva da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se em atenção, porém, a natureza do crime e os antecedentes do militar acusado:

- a. ☐ comparecimento espontâneo.
- b. ☐ seqüestro.
- c. ☐ menagem.
- d. ☐ arresto.
- e. ☐ hipoteca legal.

14) São espécies de penas previstas no Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1948 (Código Penal):

- a. ( ) prisão simples e perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.
- b. ( ) inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para prática de crime doloso e impedimento.
- c. ( ) medida de segurança, reforma e suspensão do posto, graduação, cargo ou função.
- d. ( ) privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.
- e. ( ) morte, reclusão, detenção e prisão.

15) São Crimes Militares contra a Administração Militar previstos no Código Penal Militar (Decreto-lei Nº 1.001, de 21OUT69):

- a. ( ) prevaricação, condescendência criminosa, violação do sigilo funcional e desacato a autoridade judiciária militar.
- b. ( ) desacato, peculato, concussão e corrupção.
- c. ( ) recusa de função na Justiça Militar, denúncia caluniosa, coação e desacato.
- d. ( ) desobediência a decisão sobre perda ou suspensão de atividade ou direito, exploração de prestígio, peculato e falsificação de documento.
- e. ( ) excesso de exação e desvio, peculato, recusa de função na Justiça Militar e da prevaricação.

16) Julgue as afirmativas abaixo, relativas à Polícia Judiciária Militar e ao Inquérito Policial Militar:

I – no tocante a delegação do exercício de polícia judiciária militar, obedecidas às normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.

II - requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.

III - o inquérito policial militar pode ser iniciado por requisição do juiz de direito da Justiça Castrense.

IV - Em se tratando da apuração de fato delituoso de excepcional importância ou de difícil elucidação, o encarregado do inquérito policial militar poderá solicitar do procurador-geral a indicação de procurador que lhe dê assistência.

V - O inquérito policial militar deverá terminar dentro em dez dias, se o militar indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de trinta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito. O prazo poderá ser prorrogado por mais trinta dias pela autoridade militar superior, desde que não estejam concluídos exames ou perícias já iniciadas, ou haja necessidade de diligência, indispensáveis à elucidação do fato.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. ( ) as afirmações I, II e IV são corretas.
- b. ( ) as afirmações I, II e III são incorretas.
- c. ( ) as afirmações I e V são corretas.
- d. ( ) as afirmações I, II e V são corretas .
- e. ( ) todas as afirmações são corretas.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 17 e 18



17) Sd PM do COPOM, de folga e civilmente trajado, avista um indivíduo desconhecido no quintal de sua residência. De posse de sua arma de fogo, carga da Corporação e devidamente regularizada, aborda o desconhecido que, num repente, saca uma arma de fogo e atira em direção ao Sd PM, o qual, por sua vez, abriga-se e, após verbalizar “Pára! Polícia!”, defende-se, alvejando o agressor que dali se evade em correria. Ato contínuo, depois de certificar-se que estava tudo bem com sua família, vai o Sd PM atrás do malfeitor, localizando, no quintal, a arma por ele utilizada, e dois quarteirões à frente, o indivíduo ferido a tiros e desfalecido. O Sd PM aciona uma Vtr da PM que o socorre, no entanto, acaba por falecer no PS. Considerando as normas em vigor na PMESP, aplicáveis ao caso apresentado, é CORRETO afirmar:

- a. ( ) trata-se de Crime Militar porque o Sd PM aderiu ao serviço.
- b. ( ) trata-se de Crime Militar porque agiu o Sd PM em razão da função.
- c. ( ) trata-se de Crime Comum estando presente, em tese, a legítima defesa.
- d. ( ) trata-se de Crime Militar estando presente, em tese, excludente de ilicitude.
- e. ( ) trata-se de Crime Militar que, após regular instrução, será remetido para julgamento no Tribunal do Júri.

18) é CORRETO afirmar:

- a. ( ) após os regulares registros da ocorrência deve ser instaurado um Processo Regular em desfavor do Sd PM, ainda que tenha ele possibilidade de absolvição ao final do processo.
- b. ( ) o PPJM da área dos fatos, independentemente de outras medidas, deve também instaurar, em paralelo, uma Sindicância Regular.
- c. ( ) diante de uma eventual condenação do PM, deverá ser cassado o seu Porte de Arma por um período de até 01 (um) ano.
- d. ( ) em qualquer hipótese, no que tange à culpabilidade do PM no episódio, deve-se, de imediato, instaurar um Procedimento Disciplinar para apurar sua conduta.
- e. ( ) o Chefe do COPOM, depois de receber a documentação produzida deve aguardar, em princípio, o deslinde Judicial dos feitos, para adotar as Medidas Disciplinares pertinentes.

19) Ficou nacionalmente conhecida com a “Lei do Enriquecimento Ilícito”:

- a. ( ) Lei Federal Nº 8.069/90.
- b. ( ) Lei Federal Nº 10.826/03.
- c. ( ) Lei Federal Nº 8.429/92.
- d. ( ) Lei Federal Nº 9.503/97.
- e. ( ) Lei Federal Nº 9.455/97.

20) São princípios constitucionais básicos da Administração Pública:

- a. ( ) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

- b. ( ) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- c. ( ) economia processual, contraditório, ampla defesa, motivação e publicidade.
- d. ( ) irretroatividade, presunção de inocência, razoabilidade e proporcionalidade.
- e. ( ) motivação, publicidade, competência, razoabilidade e eficiência.

21) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. ( ) o Recolhimento Disciplinar de transgressor à prisão, sem nota de punição publicada em boletim, poderá ocorrer quando for necessário à preservação da ordem e da disciplina policial militar.
- b. ( ) a proibição do uso de uniformes policiais militares, nos termos da LC Nº 893/01 (RDPM), somente é aplicada a Policial Militar Inativo.
- c. ( ) deixar de corresponder a cumprimento de seu subordinado, é transgressão disciplinar de natureza Média.
- d. ( ) a violação de disciplina policial-militar, quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer, é considerada, nos termos do RDPM, circunstância agravante.
- e. ( ) não solicitar ou provocar publicidade visando a própria promoção pessoal é um dever Policial Militar.

22) Quanto a LC Nº 893/01 (RDPM), é CORRETO afirmar:

- a. ( ) a manifestação preliminar poderá ser dispensada, desde que a autoridade disciplinar, ao final do Procedimento Disciplinar, motive a razão de tal circunstância.
- b. ( ) a solução do Procedimento Disciplinar será dada em 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias.
- c. ( ) a advertência, forma mais branda de sanção, aplica-se às faltas de natureza Leve e Média.
- d. ( ) os Recursos Disciplinares são cabíveis apenas quando o Militar do Estado se considerar diretamente ofendido ou injustiçado.
- e. ( ) o RDPM aplica-se também ao Oficial enquanto exerce a função de Juiz Militar nos Conselhos Permanentes de Justiça.

23) Assinale a alternativa INCORRETA, segundo a Lei Federal Nº 4.898/65. Constitui-se Abuso de Autoridade:

- a. ( ) qualquer atentado ao direito de reunião.
- b. ( ) qualquer atentado à incolumidade física do indivíduo.
- c. ( ) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou de detenção ilegal que lhe seja comunicada.
- d. ( ) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em Lei.
- e. ( ) entender-se com o preso, de forma velada, ou deixar que alguém o faça, sem autorização da autoridade competente.

24) Assinale a alternativa CORRETA, segundo a Lei Federal Nº 9.605/98 são circunstâncias que atenuam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

- a. ( ) arrependimento do infrator, quando espontaneamente repara o dano.

- b. ( ) alto grau de instrução ou escolaridade do agente.
- c. ( ) ter o agente cometido a infração em domingos ou feriados.
- d. ( ) cometer a infração facilitado por funcionário público no exercício de suas funções.
- e. ( ) se praticada à noite.

25) Assinale a alternativa INCORRETA. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo a Lei Federal Nº 11.340/06:

- a. ( ) a violência física, entendida como qualquer conduta que também lhe ofenda a saúde corporal.
- b. ( ) a violência psicológica, exceto a que lhe cause diminuição da auto-estima.
- c. ( ) a violência moral, incluindo as que se configure calúnia, difamação ou injúria.
- d. ( ) a violência patrimonial, incluindo a subtração de seus instrumentos de trabalho, destinados a satisfazer suas necessidades.
- e. ( ) a violência sexual, entendida também como aquela que force ao aborto, mediante ação, chantagem, suborno ou manipulação.

26) Assinale a alternativa INCORRETA. São Órgãos e Entidades que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, segundo o Decreto Federal Nº 5.912/06.

- a. ( ) Ministério da Agricultura.
- b. ( ) Ministério da Educação.
- c. ( ) Ministério da Justiça.
- d. ( ) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- e. ( ) Ministério da Saúde.

27) Sobre a Lei de Contravenções Penais, Lei Federal Nº 3.688/41, é INCORRETO afirmar:

- a. ( ) a tentativa de Contravenção não é punível.
- b. ( ) é Contravenção praticar vias de fato com alguém.
- c. ( ) não é Contravenção provocar o desabamento de construção.
- d. ( ) é Contravenção praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto.
- e. ( ) usar, publicamente, de uniforme, ou distintivo de função pública que nãoexerce também é considerado Contravenção.

28) Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, considere as seguintes afirmações:

I - Considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos.

II - O direito à liberdade da Criança e do Adolescente compreende o aspecto de participar da vida política, na forma da lei.

III - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da Criança e do Adolescente, abrangendo, entre outros, a preservação das idéias e crenças, e dos seus espaços e objetos pessoais.

IV - É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo se imprescindível ao sustento da família a que pertença.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a. ☐ as afirmações I e III são falsas.
- b. ☐ todas as afirmações são verdadeiras.
- c. ☐ nenhuma das afirmações é verdadeira.
- d. ☐ apenas as afirmações II e IV são falsas.
- e. ☐ as afirmações I, II e III são verdadeiras.

29) É crime, em espécie, segundo o Código de Trânsito Brasileiro:

- a. ☐ praticar homicídio doloso na direção de veículo automotor.
- b. ☐ praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- c. ☐ prestar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, solicitar auxílio da autoridade pública.
- d. ☐ participar, na direção de veículo automotor, em local fechado, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, ainda que não resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada.
- e. ☐ trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas e hospitais, mesmo que não seja gerado perigo de dano.

30) Em regra geral, segundo o estabelecido no Decreto-lei Estadual Nº 13.654/43, o tempo mínimo do interstício no posto para a promoção de 1º Tenente PM a Capitão PM é de:

- a. ☐ seis meses.
- b. ☐ quatro anos.
- c. ☐ um ano.
- d. ☐ três anos.
- e. ☐ dois anos.

31) NÃO foi aceito pelo Brasil, ao depositar adesão, em 25SET92, à Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica, de 22NOV69, o seguinte:

- a. ☐ o direito automático de visitas e inspeções, in loco, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado Brasileiro.

- b. ( ) o dever do Estado de proteger os Direitos Civis e Políticos, tendo em vista a realidade particular do nosso País.
- c. ( ) o direito à indenização, tendo em vista que, à época, não havia Lei que tratava especificamente de tal matéria.
- d. ( ) dever de Proteção da Honra e da Dignidade, visto ser entendimento mais recente da Convenção, em face de inúmeras atrocidades ocorridas no planeta contra a raça humana.
- e. ( ) o direito de retificação e resposta, pois trata-se matéria específica no País que, até então, não existia.

32) Segundo inteligência da Lei Estadual Nº 1.013/07, NÃO é dependente do militar, para fins de recebimento de pensão:

- a. ( ) o enteado e o menor tutelado que comprovadamente vivam sob sua dependência econômica.
- b. ( ) os filhos, de qualquer condição ou sexo, de idade igual à prevista na legislação do regime geral da previdência social e não emancipados.
- c. ( ) o companheiro ou a companheira, na constância da união homoafetiva.
- d. ( ) os filhos, de qualquer condição ou sexo, inválidos para o trabalho e os incapazes civilmente que comprovadamente vivam sob sua dependência econômica.
- e. ( ) os pais que comprovadamente vivam sob sua dependência econômica, mediante declaração escrita do militar quando em vida.

33) Para efeito de aplicação da Lei Estadual Nº 12.301/06, que proíbe como premiação a menores, seja como brinde, cortesia ou outros modos de gratificação, em quermesses, clubes sociais, instituições filantrópicas, casas de espetáculos, feiras, eventos ou qualquer outra manifestação pública, considera-se bebida alcoólica, aquela que tenha, no mínimo, descriminado ou não em seu rótulo:

- a. ( ) 10% de teor alcoólico.
- b. ( ) 20% de teor alcoólico.
- c. ( ) 5% de teor alcoólico.
- d. ( ) 3% de teor alcoólico.
- e. ( ) 1% de teor alcoólico.

34) Sobre o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, instituído pela Lei Complementar Federal Nº 121/06, assinale a alternativa CORRETA.

- a. ( ) não é objetivo do Sistema propor alterações na legislação penal.
- b. ( ) não há qualquer previsão sobre a formação ou o aperfeiçoamento dos policiais militares empregados na área de trânsito e de segurança pública em geral.

- c. ( ) o Legislador atribuiu à União a competência exclusiva para a modernização e a adequação tecnológica dos equipamentos e procedimentos empregados nas atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas.
- d. ( ) os fabricantes de veículos deverão promover e implantar o uso de códigos que identifiquem, na nota fiscal, o lote e a unidade do produto que está sendo transportado.
- e. ( ) as campanhas de esclarecimento e orientação aos transportadores e proprietários de veículos e cargas ficarão unicamente sob a responsabilidade dos governos de cada Estado, diante dos impostos que arrecadam anualmente com os veículos.

35) A Autoridade competente para prorrogar a instrução de uma Sindicância, segundo as I-16-PM, é:

- a. ( ) a autoridade instauradora, por no máximo 30 (trinta) dias.
- b. ( ) a autoridade instauradora, por no máximo 90 (noventa) dias.
- c. ( ) a autoridade imediatamente superior à instauradora, por no máximo 30 (trinta) dias.
- d. ( ) a autoridade imediatamente superior à instauradora, por no máximo 60 (sessenta) dias.
- e. ( ) a autoridade instauradora, por no máximo 60 (trinta) dias.

36) De acordo com o previsto nas I-38-PM (Instruções para Administração de Bens Imóveis), é incorreto afirmar que:

- a. ( ) o Dirigente do Patrimônio Imobiliário da Polícia Militar é o Comandante Geral, integrante do Sistema de Administração e Controle de Bens Imóveis;
- b. ( ) a compra, a desapropriação ou a permuta também são meios para aquisição de imóvel pela Administração Pública, propostos em circunstâncias que justifiquem o investimento público, sob os critérios da necessidade e da importância estratégica da ocupação, em caráter permanente, de determinado imóvel não integrante do patrimônio da Fazenda Pública Estadual;
- c. ( ) consideram-se provisórias as ocupações por tempo certo ou indeterminado, originadas em recebimento de imóveis de terceiros, mediante cessão de uso, de permissão de uso, ou comodato e, ainda, as resultantes de contratos de locação, para funcionamento de sede de Organização Policial-Militar (OPM);
- d. ( ) no caso de ocupação permanente que se origina do recebimento em doação de imóvel de pessoa física ou jurídica, a OPM, antes da oficialização, por meio de decreto do Governador do Estado, do recebimento da doação, a fim de agilizar o processo, poderá ocupar o imóvel ou iniciar reformas, ampliações ou construções, desde que autorizado pelo Órgão Técnico do Sistema de Administração e Controle de Bens Imóveis;
- e. ( ) qualquer intervenção que altere o aspecto de bens imóveis tombados ou em processo de tombamento, desde reparos, pinturas até restaurações, depende de autorização do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,

Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e as propostas devem ser precedidas de vistoria do CSM/O, mediante deliberação do DL.

37) De acordo com o previsto nas I-15-PM (Instruções para Transportes Motorizados da Polícia Militar), é incorreto afirmar que:

- a. ( ) além do fator principal que é o efetivo, também influenciam na fixação da frota os seguintes fatores: as atividades policiais-militares exercidas pela Organização Policial-Militar (OPM), a dotação legal da frota policial-militar e sua divisão por grupos, a necessidade de reposição em face da durabilidade limitada dos veículos, os turnos de serviço nos municípios com até 15.000 habitantes (conforme definição no plano de viatura) e a divisão de setores e subsetores da área da OPM;
- b. ( ) o remanejamento de veículos da frota da Polícia Militar deve acerrar-se de efetivo controle, e somente será autorizado pelo Subcomandante PM, após análise da 4ª EM/PM;
- c. ( ) a circulação de veículo da frota da Polícia Militar, fora da área de jurisdição do órgão detentor, em deslocamentos que ultrapassem os limites territoriais dos Comandos de Policiamento de Área ou Interior, bem como fora do Estado de São Paulo, somente poderá ser feita mediante autorização do Dirigente da respectiva Subfrota;
- d. ( ) entende-se como reserva do Comando as viaturas novas que não foram distribuídas e as usadas, recolhidas no CSM/MM para vistoria e, após revisadas, colocadas em condições de entrega;
- e. ( ) o completamento da frota consiste na remessa de veículos novos ou remanejados por município/OPM e pode ser feito de forma linear ou proporcional, preferencialmente, e tem como objetivo manter os níveis de operacionalidade dos programas de policiamento.

38) De acordo com o previsto nas I-28-PM (Instruções para a Distribuição e o Completamento do Efetivo Policial-Militar Territorial), analise as seguintes asserções:

I – A distribuição do efetivo policial-militar deve ser feita obedecendo a critérios que atendam à geografia do Estado de São Paulo, considerando os seguintes fatores: divisão administrativa por município, distribuição demográfica, índice de criminalidade e situações peculiares do município;

II – Para aplicação dos critérios de distribuição do efetivo territorial, agrupam-se os municípios em sete faixas populacionais, visando dar o mesmo tratamento aos municípios de porte semelhante, considerando que, em regra, apresentam problemas de segurança pública também semelhantes;

III – O reforço de policiamento para as grandes migrações sazonais, do tipo verão no litoral e de outros eventos, será feito mediante operações extraordinárias com efetivo matricial ou Organização Policial-Militar (OPM) destinada para esta finalidade;

IV – No critério de distribuição do efetivo territorial por população pendular, a distribuição é feita proporcionalmente à variação positiva (população recebida) e à variação negativa (população cedida) do município ou, no caso da Capital, na área de cada Batalhão;

Estão corretas:

- a. ( ) apenas II, III e IV;
- b. ( ) apenas I, II e III;
- c. ( ) apenas I, III e IV;
- d. ( ) apenas I, II e IV;
- e. ( ) I, II, III e IV.

39) De acordo com o previsto na Portaria do Cmt G nº PM3-008/01/03, de 05JAN04, que versa sobre as Matrizes Organizacionais (M.O.) e a distribuição das Organizações Policiais-Militares (OPM) no território, considere as seguintes asserções:

I – Dar melhor suporte à feitura dos Quadros Particulares de Organização (QPO), melhorar o planejamento estratégico e destinar mais efetivo para as atividades-fim são objetivos das Matrizes Organizacionais (M.O.);

II – As funções administrativas territoriais peculiares são aquelas existentes em algumas OPM territoriais, necessárias em razão de particularidades funcionais ou locais;

III – O escalão de OPM denominado “Companhia” tem como parâmetro um efetivo médio de 150 (cento e cinquenta) policiais militares, podendo variar de 90 (noventa) a 210 (duzentos e dez) policiais militares;

IV – É vedada a constituição de serviço de motomecanização (Motomec) em Companhia PM localizada no Município sede do Batalhão; no entanto, as Companhias PM destacadas do município sede do Batalhão poderão ter Motomec;

V – Nos Batalhões em que houver Unidade de Despesa (UD), suas atividades serão exercidas pelo P/4, acrescentando-se efetivo a essa Seção do Estado-Maior.

Estão corretas:

- a. ( ) apenas as afirmativas I, II, III e V;
- b. ( ) apenas as afirmativas I, III e V;
- c. ( ) apenas as afirmativas II, IV e V;
- d. ( ) apenas as afirmativas I, II, III e IV;
- e. ( ) todas as afirmativas.



40) De acordo com a Diretriz nº PM5-001/55/06, de 14FEV06, que versa sobre o aperfeiçoamento do relacionamento com a Mídia e normatização do serviço de Porta-Voz, assinale qual das alternativas abaixo está incorreta:

- a. ( ) qualquer espécie de inserção de policiais militares em eventos da mídia e o transporte de profissional da mídia no interior de viaturas, aeronaves e embarcações, exceto como parte ou testemunha de fato policial, dependem de autorização do Comando de Policiamento de Área ou do Interior;
- b. ( ) sugestão de pauta (*press release*) é a forma escrita de informar à mídia assuntos de interesse institucional;
- c. ( ) deve-se considerar vedado o atendimento de pedido de concessão de entrevista com tomada de imagem assistindo vídeo, lendo documento ou analisando qualquer outra espécie de objeto fornecido ou indicado pelo jornalista;
- d. ( ) nota de imprensa é a forma escrita de resposta a pedido de informação ou de exercício de direito de resposta, por meio da qual o porta-voz emite a posição institucional e valoriza o trabalho policial-militar;
- e. ( ) em local de ocorrência, o policial militar de maior grau hierárquico, responsável pelo gerenciamento dos trabalhos de polícia ostensiva ou de bombeiros, poderá fornecer dados básicos do fato ao representante de órgão da mídia que ali compareça e emita pedido verbal de informação.

41) De acordo com o previsto na Diretriz nº PM3-014/02/05, de 07NOV05, que disciplina o Programa de Policiamento Escolar no Estado de São Paulo, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que está incorreta:

- a. ( ) os policiais militares que atuam no policiamento escolar não devem receber ocorrências despachadas pelo Centro de Operações que não sejam relativas às respectivas escolas onde atuam, e, ao se depararem com uma ocorrência policial, após efetuarem o primeiro atendimento, deverão acionar a viatura do respectivo subsetor para eventual prosseguimento, de forma a ficarem liberados para a continuidade do serviço, exceto nos casos onde não houver possibilidade (casos de flagrante, por exemplo);
- b. ( ) na guarnição de 02 (dois) Policiais Militares, um pode desembarcar e permanecer na escola, enquanto o outro se desloca para cobrir outras escolas com a viatura, aumentando a capacidade de cobertura da Ronda Escolar (RE);
- c. ( ) para os policiais militares que atuarem no Programa de Policiamento Escolar, o horário de trabalho deverá ser de 12h X 36h (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso), sendo permitida a adequação dos turnos (flexibilidade quanto aos horários de início e término do serviço), desde que seja necessária para atender situações específicas de determinadas escolas;
- d. ( ) dentro do possível, todas as escolas existentes na subárea deverão receber o policiamento escolar, observando a seguinte prioridade: escolas de 1º e 2º grau estaduais, municipais e particulares;
- e. ( ) uma viatura de Ronda Escolar (RE) deve cobrir, em média, 08 (oito) escolas;

42) De acordo com o disposto na Diretriz nº PM3-001/02/07, de 26JUL07, que versa sobre o Programa de Policiamento de Trânsito, assinale qual das alternativas abaixo não está correta:

- a. ( ) a guarnição do Programa de Policiamento de Trânsito poderá ser composta por 1 (um) ou 2 (dois) policiais militares;
- b. ( ) no período noturno, em função das características do trânsito, em regra, apresentarem acentuada diminuição de fluxo, não deverão ser mantidas guarnições do Programa de Policiamento de Trânsito, sendo as eventuais demandas atendidas pelo Programa de Radiopatrulha;
- c. ( ) o comando operacional do Programa de Policiamento de Trânsito será do Oficial Supervisor de Programas e, na falta deste, do Comando de Força Patrulha;
- d. ( ) as guarnições do Programa de Policiamento de Trânsito darão atendimento prioritário às ocorrências de trânsito, bem como, no âmbito operacional, àquelas com que se depararem, além das inerentes atribuições relativas às autuações e apreensões de veículos;
- e. ( ) os Grandes Comandos devem desencadear o Programa de Policiamento de Trânsito, sem prejuízo das atividades específicas dos demais Programas previstos na Matriz Operacional.

43) Com base na Diretriz nº PM3-008/02/06, de 01AGO06, que versa sobre Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM (NORSOP), assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que está incorreta:

- a. ( ) Matriz Operacional é o conjunto de Programas de Policiamento empregados pela Polícia Militar visando à eficácia das ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.
- b. ( ) Ação policial-militar é o desempenho de fração simples (uma guarnição ou patrulha) ou composta (mais de uma guarnição ou patrulha) ao realizar missão rotineira, dependente apenas do preparo policial-militar recebido para o exercício da atividade-fim;
- c. ( ) em situações normais, o Comandante de Força Patrulha opera com guarnição composta por motorista (Cb/Sd) e auxiliar (Cb/Sd), podendo, extraordinariamente, contar com um segurança;
- d. ( ) é obrigatória a elaboração do Boletim de Ocorrência Policial-Militar - Termo Circunstanciado (BO/PM-TC) mesmo quando, não havendo indício de infração penal, a guarnição apenas efetuou auxílio ao público com condução a Pronto Socorro ou Hospital;
- e. ( ) Posto Policial-Militar (PPM) é a edificação fixa e simples, instalada em local de grande movimento de pessoas, segundo os critérios de acessibilidade e visibilidade, visando atender ao público que a ela se dirige, inclusive lavrando BO/PM-TC.

44) De acordo com o disposto na Diretriz nº PM3-007/02/05, de 07NOV05, que disciplina o Programa de Força Tática nas Organizações Policiais-Militares (OPM) territoriais, analise as seguintes afirmativas e responda:

I – Os componentes das guarnições de Força Tática deverão sofrer rodízio periódico, não superior a 03 (três) meses, de forma que os policiais militares sejam permutados entre as guarnições das Viaturas de Força Tática, inclusive a do Comandante da Força Tática;

II – Na função habitual de patrulha, a guarnição de Força Tática será de 03 (três) Policiais Militares, podendo ser alterada para 04 (quatro) ou até 05 (cinco) apenas quando for usada no controle de distúrbios civis (ações de choque), retornando a 03 (três) Policiais Militares tão logo cesse esta ação;

III – As Forças Táticas são previstas nos Quadros Particulares de Organização (QPO) das Unidades territoriais, em municípios que sediem, no mínimo, um Pelotão PM (Pel PM);

IV – Os Comandantes de Grande Comando e de Batalhão poderão, extraordinariamente, agrupar as Forças Táticas dos municípios sob sua circunscrição, inclusive formando escalões matriciais, para emprego conjunto ou para desenvolver operações especiais de maior envergadura;

V – A composição básica da guarnição de Força Tática será de 01 (um) Subten/Sgt PM encarregado, 01 (um) Cb/Sd PM auxiliar e 01 (um) Sd PM motorista, podendo o encarregado ser Cb PM na falta de Sgt PM para cumprir a missão.

- a. ( ) todas as afirmações são verdadeiras.
- b. ( ) as afirmações I, III e V são verdadeiras.
- c. ( ) as afirmações II, III e IV são verdadeiras.
- d. ( ) as afirmações I, II, IV e V são verdadeiras.
- e. ( ) as afirmações I, II e IV são verdadeiras.

45) De acordo com o disposto na Diretriz nº PM3-015/02/05, de 07NOV05, que regula a organização e os procedimentos relativos ao Programa de Policiamento Comunitário, assinale qual das alternativas abaixo não está correta:

- a. ( ) excepcionalmente, sob criteriosa avaliação do Comandante da Organização Policial-Militar (OPM), poderá ser escolhido para atuar na Base Comunitária de Segurança Distrital (BCSD), policial militar com menos de 05 (cinco) e mais de 02 (dois) anos de serviço;
- b. ( ) o funcionamento da Base Comunitária de Segurança (BCS) é diuturno, ou seja, pelas 24 (vinte e quatro) horas do dia;
- c. ( ) a filosofia de Polícia Comunitária transcende o Programa de Policiamento Comunitário e se aplica a todo o policiamento ostensivo;
- d. ( ) a Base Comunitária Móvel (BCM) visa fazer frente a circunstâncias que necessitem de presença policial não permanente, devendo ser empregado o efetivo mínimo de 05 (cinco) Policiais Militares;
- e. ( ) para instalação da Base Comunitária de Segurança Distrital (BCSD), devem ser observados os parâmetros de população mínima de 2.000 (dois mil) habitantes e distância mínima de 15 (quinze) quilômetros (Km) do Município sede.

46) De acordo com o disposto na Portaria do Cmt G nº PM1-004/02/06, de 05MAI06, que dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo na Polícia Militar, analise as seguintes afirmativas:

- I – para portar arma de fogo de uso permitido e de uso restrito, o policial militar, quando de folga com arma da PMESP, deverá portar a Cédula de Identidade Funcional e a Autorização de Carga de Arma de Fogo;
- II – os policiais militares que desejarem manter ou receber, a título de posse provisória, inclusive como depositário fiel, arma de fogo produto de apreensão e à disposição da Justiça, vinculada a processo em andamento ou findo, para uso policial-militar ou particular, deverão solicitar autorização do Comandante, Diretor ou Chefe da Organização Policial-Militar (OPM) que estiver lotado, o qual cientificará o CSM/AM para controle;
- III – o Comandante, Diretor ou Chefe de Organização Policial-Militar (OPM) é a autoridade policial-militar competente para autorizar a carga pessoal de arma de porte, pertencente ao patrimônio da PMESP, ao policial militar que estiver freqüentando o Curso de Formação de Soldado PM;
- IV – o Comandante, Diretor ou Chefe de Organização Policial-Militar (OPM) é a autoridade policial-militar competente para autorizar o porte de arma de fogo pertencente ao patrimônio da PMESP ou particular em outra Unidade Federativa.

Estão corretas:

- a. ( ) apenas I e IV;
- b. ( ) apenas II e IV;
- c. ( ) apenas I e III;
- d. ( ) apenas II e III;
- e. ( ) I, II, III e IV.

47) De acordo com o disposto na Diretriz nº PM3-002/02/03, de 04FEV03, que disciplina o policiamento com emprego de bicicletas nos Batalhões de Polícia Militar, assinale qual das alternativas abaixo não está correta:

- a. ( ) em princípio, o somatório de horas de patrulhamento com bicicletas não deve exceder a 06 (seis), sempre intercaladas por períodos de descanso em pontos de estacionamento;
- b. ( ) o policiamento com bicicletas será organizado em pelotões ou grupos, desenvolvendo suas ações por meio de patrulhas, devendo cada patrulha ser constituída por 4 (quatro) policiais militares;
- c. ( ) o grupo de policiamento com bicicletas será constituído de duas (mínimo) a cinco (máximo) patrulhas e o pelotão será constituído de seis (mínimo) a doze (máximo) patrulhas;
- d. ( ) a cada grupo será destinada uma guarnição com viatura de quatro rodas, que atuará no mesmo subsetor, para apoio na condução de detidos e ações policiais de maior risco;
- e. ( ) durante o policiamento com bicicletas, em condições climáticas adversas e à noite, devem ser privilegiados os pontos de estacionamento protegidos mais visíveis à população;

48) De acordo com o disposto na Diretriz nº PM3-012/02/05, de 07NOV05, que estabelece normas e definições para o Programa de Policiamento Integrado, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que está incorreta:

- a. ( ) para o Policiamento Integrado, são absolutamente contra-indicados os subsetores onde haja histórico considerável (rotineiro) de crimes como homicídio, latrocínio, estupro, lesão corporal, extorsão mediante seqüestro (com ou sem resultado morte ou lesão corporal), roubo a banco, tráfico de entorpecentes e drogas afins, além das localidades como favelas ou onde exista ação, ainda que presumida, do crime organizado;
- b. ( ) como regra, o Programa de Policiamento Integrado terá, no mínimo, 02 (duas) viaturas por município em que for implantado, podendo, nas pequenas cidades, contar com apenas 01 (uma) viatura, caso a localidade possua pelo menos 02 (duas) Radiopatrulhas (RP);
- c. ( ) o Policiamento Integrado é sistêmico, ou seja, nenhuma ação repressiva será realizada sem que haja comunicação à rede e chegada prévia de apoio;
- d. ( ) todo deslocamento do Policial Militar Integrado deve ser previamente comunicado ao COPOM, informando-se o destino e motivo, dando-se prioridade às suas comunicações;
- e. ( ) os subsetores ideais para o Policiamento Integrado são aqueles com baixa expectativa de crimes violentos, devendo ser escolhidos entre os locais que tiverem índices de até 900 (novecentas) chamadas por mês, preferencialmente, entre 0 (zero) e 600 (seiscentas) chamadas.

49) A respeito da Nota de Instrução nº PM1-001/02/06, de 14FEV06, que estabelece os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) visando ao impedimento do uso de arma de fogo por policial militar considerado inapto para o serviço ou com restrição ao uso de arma de fogo por motivos psíquicos, e estabelece os procedimentos para avaliação psicológica visando a aquisição de armas de fogo e a obtenção da autorização de porte para policiais militares inativos, considere as seguintes asserções:

- I – O Relatório de Avaliação Psicológica será sigiloso e conclusivo (apto/inapto);
- II – Os psicólogos ou os Oficiais médicos da Instituição, conforme o caso, avaliarão os policiais militares encaminhados e diagnosticarão se apresentam algum motivo de ordem psíquica que enseje o impedimento ao uso de arma de fogo, tanto a particular como a pertencente à PMESP;
- III – O policial militar inativo considerado inapto na avaliação psicológica realizada na PMESP poderá interpor recurso administrativo;
- IV – O policial militar inativo poderá ter livre acesso às informações referentes à avaliação psicológica a que foi submetido, por meio de entrevista devolutiva que deverá ser agendada

Estão corretas:

- a. ( ) I, II, III e IV;
- b. ( ) apenas II e IV;
- c. ( ) apenas I e III;
- d. ( ) apenas I e IV;
- e. ( ) apenas II e III.

50) De acordo com o previsto na Diretriz nº PM3-008/02/04, de 29JUN04, que versa sobre o Policiamento Rural, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que está incorreta:

- a. ( ) área rural é a região contemplada por imóveis que integram o sistema tributário do ITR – Imposto Territorial Rural;
- b. ( ) de acordo com a demanda operacional, o Cmt Cia PAmb, ou BPamb, poderá reunir as Patrulhas Rurais de seus Pel PAmb para atuação conjunta, focalizando áreas mais críticas que exijam ações de caráter preventivo ou repressivo imediato mais reforçadas ou em operações específicas;
- c. ( ) as Patrulhas Rurais do CPAmb serão compostas de, no mínimo, 02 (dois) policiais militares, sendo 01 (um) Sgt PM Encarregado (excepcionalmente, Cb PM) e 01 (um) Cb/Sd PM Motorista;
- d. ( ) é de suma importância, para o desenvolvimento do policiamento rural, que haja entrosamento com outros órgãos de fiscalização, sejam municipais, estaduais ou federais;
- e. ( ) é princípio operacional da Patrulha Rural a ação majoritariamente preventiva, buscando proporcionar o maior grau de visibilidade, ostensividade, acessibilidade e sensação de segurança possível à população rural.